

## **DESPACHO CONJUNTO Nº 01/2020**

### **ASSUNTO: PROVAS ESPECIALMENTE ADEQUADAS DESTINADAS A AVALIAR A CAPACIDADE PARA A FREQUÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR DE CANDIDATOS MAIORES DE 23 ANOS**

Considerando a atual situação de pandemia devida à COVID-19, e a necessidade de assegurar o cumprimento dos calendários de admissão do Isdom, nomeadamente por via das provas especialmente adequadas e destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior no ISDOM – Instituto Superior D. Dinis, **decide-se, para vigorar neste período de exceção:**

**1.º** - As componentes de avaliação da candidatura constantes no n.º 1 do art.º 3.º do Regulamento n.º 187/2015, de 21 de abril, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 77, de 21 de abril, cumprindo os requisitos dispostos no n.º 4 do presente Despacho Conjunto, serão asseguradas por videoconferência, nomeadamente:

- a) A lição proferida, a que alude a subalínea i) da alínea a) do n.º 1;
- b) A prova escrita, a que alude a subalínea ii) da alínea a) do n.º 1, **substituída por prova oral.**
- c) A apreciação do currículo escolar do candidato por parte do Júri, a que alude a alínea b) do n.º 1;
- d) A entrevista, com vista à avaliação da motivação do candidato, a que alude a alínea c) do n.º 1;

**2.º** - Nas pautas, que indicam o resultado final de cada candidato, deve o Júri colocar a informação de que as provas foram realizadas por videoconferência ao abrigo do presente Despacho Conjunto.

**3.º** - As atas e as pautas podem ser assinadas digitalmente e enviadas para os Serviços competentes.

**4.º** - A realização das provas por videoconferência obriga aos seguintes procedimentos adicionais:

- a) Os candidatos são contactados pelos Serviços Académicos, que informam relativamente ao processo de realização das provas e solicitam o envio de declaração de aceitação para que as provas sejam realizadas por videoconferência;

§ Único - Havendo escusa ou impossibilidade do candidato na realização da prova por este meio deverá ser adiada a admissão para outra fase;

b) Os elementos do Júri, bem como os Docentes que conduzirão as lições, também deverão assinar declaração de concordância com a realização das mesmas por videoconferência.

c) À lista de candidatos a enviar aos respetivos Júris é acrescida a informação relativa ao endereço de correio eletrónico dos mesmos para efeitos de contacto.

d) Os Serviços de Apoio Técnico Administrativo respetivos, em coordenação com os Presidentes dos Júris, de acordo com o horário e data definidos para as provas, utilizando a plataforma Colibri, com recurso ao programa Zoom, ou o programa TEAMS da Microsoft, agendam as sessões, enviando os convites aos elementos que participam em cada sessão.

i) A lição proferida é dada em conjunto para todos os candidatos ao mesmo curso ou conjunto de cursos, de acordo com o normal funcionamento das provas;

ii) As provas orais e a entrevista são realizadas em privado entre o Docente e o Candidato (prova oral) e entre o Júri e o Candidato (entrevista).

e) Da prova oral o Docente que avalia, elabora uma ata onde resume a prestação do Candidato e fundamenta a decisão. (Esta ata substitui a prova escrita).

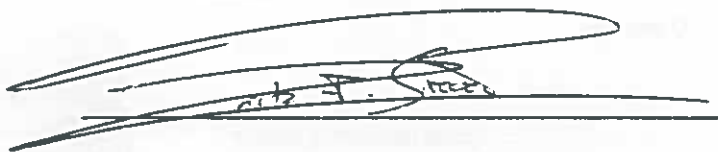
5.º - As dúvidas decorrentes da interpretação deste Despacho Conjunto serão esclarecidas pela Diretora e pela Delegada do Administrador, considerando a matéria em apreço e as devidas competências.

6.º - Este Despacho Conjunto entra imediatamente em vigor.

Marinha Grande, 31 de março de 2020.

A Diretora

A Delegada do Administrador



Prof. Mestre Cristina Simões



Dr.ª Lígia Marques